

Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75)

Michel Goulart da Silva*

Em 1971, quando assumiu o governo do estado de Santa Catarina, o engenheiro Colombo Machado Salles cunhou para sintetizar seu plano de governo a expressão “Crescer com o Brasil”, difundida entre uma parcela da intelectualidade catarinense por meio de documentos produzidos pela ADESG (ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970b, p. 37). No mesmo ano um livro que exaltava a “experiência” de administração em Santa Catarina, fazendo um balanço da administração de Ivo Silveira, que naquele momento terminava. Nesse volume, afirmava-se que:

para aumentar a produtividade no campo, o Govêrno catarinense paga o transporte dos agricultores que adquirem os pesados fertilizantes, aliviando de ponderável parcela o custo do produto. E os que pretendem mecanizar sua lavoura, poderão comprar a muito longo prazo seus tratores e máquinas, por que o Estado pagará os juros devidos. **São idéias que só nascem em administrações modernas e agressivas**, debruçadas sôbre problemas, angustiadas com soluções. E é com **soluções como essas, encontradas na tranqüilidade dos gabinetes de técnicos** que conhecem sua terra, que se está forjando um nôvo Brasil. Foi também assim que se ergueu um **nôvo Estado de Santa Catarina** (A EXPERIÊNCIA, 1971, p. 9, grifos meus).

Neste trabalho apresentam-se algumas notas que fazem parte de um projeto de dissertação de mestrado, ainda em andamento, que pretende discutir o desenvolvimento de uma cultura política entre os a intelectualidade catarinense, a partir de sua relação com o governo de Colombo Machado Salles, enquanto sujeitos políticos desse período em Santa Catarina.

* Graduado em História pela Universidade de Santa Catarina (UDESC). Mestrando em História na UDESC. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Contato: michelgsilva@yahoo.com.br.

Entre o “milagre” e a repressão

O Brasil dessa época vivia o chamado “milagre brasileiro”, um período da ditadura civil-militar, entre 1968 e 1973, em que por vários anos consecutivos a economia do país teve um crescimento acelerado, com médias superiores a 10%, marcado pelo aumento de investimentos estrangeiros e um programa de investimento do Estado. Como consequência, “o governo militar (Médici), aproveitando a onda de ‘milagres’, procurou difundir a imagem de que a década de 1970 seria assinalada pelo ‘milagre brasileiro’” (BRUM, 1998, p. 323).

Por outro lado, o período também esteve marcado pela intensificação da repressão contra as políticas de oposição ao regime ditatorial, sendo sua principal sombra o Ato Institucional 5 (AI-5). O AI-5 deu ao Poder Executivo maiores liberdades para reprimir as oposições e, dessa forma, garantir a ordem pública que respondesse àquilo que os militares entendiam como “interesse nacional” (FONTES & MENDONÇA, 2004, p. 48-50). Estão presentes nessa política os dois grandes eixos da ação estatal do período ditatorial, o Desenvolvimento e a Segurança, baseados em grande medida na doutrina elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Muitos intelectuais contribuíram expressivamente para a legitimação da ditadura, atuando como administradores, planejadores ou mesmo como ideólogos. Esses intelectuais afins com o regime ditatorial, muitos oriundos de universidades, produziram textos em defesa da “revolução” e da “democracia”, fazendo apologia da ditadura, justificando suas ações ou atuando como funcionários do regime (GERMANO, 1993, p. 112). Entre outros, podem ser destacados nomes como Gilberto Freyre, Mário Henrique Simonsen e o ex-integralista Miguel Reale. Esses intelectuais escreveram textos que demonstravam entusiasmo frente ao “milagre” ou às “conquistas da revolução”, inclusive apontando a ditadura como um “regime modernizador”.

Portanto, o período do “milagre” pode ser encarado como o momento em que a ditadura apostou, como tentativa de legitimação, em realizar medidas que visavam tanto conquistar parcelas da população, por meio da melhoria de vida das classes médias e da aproximação com o “mundo moderno”, como ocultar as ações de repressão aos grupos de oposição ou, pelo menos, diminuir seu impacto frente à opinião pública. Um dos

mecanismos utilizados pela ditadura, embora não tenha sido invenção sua, passava pelo discurso que separava as ações políticas das técnicas, ou seja, uma forma de mostrar que todas as medidas adotadas estariam calcadas no planejamento e em certa racionalidade que não se misturava com a política (MARTINS, 1974, p. 130). Muitos intelectuais, nesse contexto, procuravam se apresentar como alheios às disputas políticas, procurando carregar a imagem de gestão técnica e da administração racional.

Essa suposta neutralidade dos técnicos parecia materializa nos chamados tecnocratas, enquanto sujeitos do planejamento estatal. Por exemplo, Colombo Machado Salles, sucessor de Ivo Silveira no governo do estado, afirmava em documento oficial, de 1972:

Assim que eleito para o cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, reuni uma equipe de técnicos e com ela dei início a um processo de planejamento com vistas à elaboração de um documento que se constituísse numa resposta política e técnica aos desafios do tempo, no espaço territorial catarinense (SANTA CATARINA, 1972, p. 8).

Observando outros discursos produzidos no período, veremos que outros personagens também enfatizaram a importância do planejamento e o papel dos tecnocratas, principalmente alguns intelectuais de Florianópolis, em livros e artigos publicados nesse período. Dentre esses intelectuais, alguns participaram do governo ou apoiaram suas ações, embora muitos de seus textos não tivessem a pretensão declarada de ser parte dos documentos oficiais. Fernando Marcondes de Mattos, economista, em livro prefaciado pelo governador Colombo Salles, afirmava que “para poder cumprir a sua importante e estratégica função na sociedade moderna, o governo deve estar capacitado pra planejar, ou seja, para diagnosticar a situação presente e prever a sua evolução” (MATTOS, 1973, p. 30). Segundo o sociólogo Silvio Coelho dos Santos, escrevendo em 1974, havia uma mudança na forma de administração do estado, quando

ao conformismo e incúria de muitos, respondia-se com dados sistemáticos, com estudos, com pesquisas, com iniciativas arrojadas. A mentalidade trinada na Universidade, que então se instalou, começava a se afirmar, abrindo definitivamente para Santa Catarina perspectivas de mudança e de progresso (SANTOS, 1974, p. 13).

Portanto, percebe-se que uma parcela da intelectualidade catarinense procurava

contribuir, seja por meio da participação direta em instâncias estatais, seja pela elaboração de projetos. Ressalta-se, por outro lado, que havia uma política consciente de privilegiar a presença de técnicos no governo e que tal atuação tinha um papel político, ainda que aparecesse como neutras.

Os ciclos de estudos da ADESG

Os ciclos de estudos da ADESG eram um espaço onde se poderia conquistar alguma homogeneidade política e teórica em uma parcela da intelectualidade, pois nesse espaço os “estagiários” poderiam tomar contato com os principais conceitos da doutrina da ESG e colaborar na elaboração de planos e metas da atuação dos governos. Os ciclos da ADESG, organizados em âmbito nacional desde a década de 1960, eram espaços para a formação das “elites civis” que, embora ocupando função de destaque na sociedade, não tinham a mesma preponderância que aquelas convidadas para os cursos da ESG. Embora menos restrito, era exigido para a participação nos ciclos de estudos da ADESG que os candidatos fossem portadores de diplomas universitários e que estivessem ligados a setores empresariais, industriais ou acadêmicos (MIYAMOTO, 1995, p. 106-7).

No estado de Santa Catarina os ciclos de estudos da ADESG começaram a ser realizados em 1970, logo após a instalação da delegacia regional da entidade. Tinham como objetivo colaborar na especialização de técnicos para a ação na gestão estatal, constituindo-se em espaço de divulgação da doutrina da ESG, de caracterização dos diferentes aspectos do estado de Santa Catarina e de elaboração de políticas públicas. Participaram dos ciclos de estudos membros da administração do governador Colombo Salles, o que teria contribuído, segundo o próprio governador, para a elaboração do Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD). Esse projeto procurava se colocar em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do governo do General Emílio Garrastazu Médici (MICHELS, 1998, p. 194-6).

Participaram dos primeiros ciclos da ADESG, realizados na primeira metade da década de 1970 e que contaram com o apoio do governo estadual e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os historiadores Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter

Fernando Piazza, os cientistas sociais Nereu do Valle Pereira e Sílvio Coelho dos Santos, e os jornalistas Moacir Pereira e Paulo da Costa Ramos. Outros intelectuais realizaram palestras nesses ciclos, como Alcides de Abreu, colaborador do governo Colombo Salles e delegado regional da ADESG a partir de 1974, e o geógrafo Fernando Lago. Um grupo de intelectuais que participaram dos ciclos de estudos constituiu redes de colaboração, realizando pesquisas em conjunto e publicando uma série de estudos investigando a cultura e o desenvolvimento econômico do estado. Dessa produção intelectual são exemplos, entre outros, o volume *Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina*, organizado por Sílvio Coelho dos Santos, e *Cultura, integração e desenvolvimento*, escrito por Carlos Humberto Corrêa, ambos de 1971.

Pode-se estabelecer uma proximidade entre os primeiros ciclos de estudos da ADESG realizados em Santa Catarina, a administração do governador Colombo Salles e a ampla divulgação de obras da intelectualidade do estado. Nos ciclos de estudos da ADESG foram pensados planos e metas da administração do governador Colombo Salles, em um cenário de expectativa modernizante e de crescimento econômico do “milagre”, marcado por disputas de projetos e, principalmente, por diferentes perspectivas de desenvolvimento para o estado de Santa Catarina. Embora o bipartidarismo, iniciado em 1965 por força do Ato Institucional 2 (AI-2), tivesse unido na ARENA os dois principais grupos econômicos e políticos, os antigos partidos, PSD e a UDN, continuavam a existir no estado de Santa Catarina como facções internas no partido governista, disputando espaços dentro da agremiação e, principalmente, na composição do governo estadual (MAY, 1998, p. 142-6).

Os ciclos de estudos da ADESG foram um campo de discussões para numerosos temas relacionados ao estado de Santa Catarina. O primeiro desses ciclos se apresentou como espaço para a elaboração de diretrizes que visavam contribuir com os planos e metas do governo de Colombo Salles. Esses primeiro ciclo tinha entre seus objetivos

motivar as elites culturais e dirigentes de Santa Catarina para a participação mais efetiva na vida nacional, despertando a atenção para os seus problemas de um modo global e de conjunto, como um todo, a fim de que possam desempenhar funções de direção e assessoramento (ASSOCIACAO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970a, p. 3).

Na imprensa de Florianópolis, esse ciclo foi assim apresentado:

O ciclo de estudos sobre Segurança e Desenvolvimento visa difundir os conceitos preconizados pela Escola Superior de Guerra quanto aos temas de segurança e desenvolvimento, além de motivar as elites culturais e dirigentes do Estado para uma participação mais efetiva na vida nacional. Objetiva ainda, despertar a atenção para os problemas de um modo global e em conjunto solucionar os problemas, a fim de que melhor possam desempenhar funções de direção e assessoramento. Outra finalidade do encontro será a de desenvolver o hábito de trabalho em grupo, que é considerada atividade imprescindível ao planejamento.¹

O primeiro dos ciclos realizados em Santa Catarina, com apoio do governo Ivo Silveira e da UFSC, contou com 110 participantes inscritos como estagiários. Segundo Ivo Dêntice Linhares, delegado da ADESG em Santa Catarina, comentando esse primeiro ciclo:

Estamos sensibilizados e agradecidos às autoridades catarinenses pela excelente receptividade do Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento. A matrícula dos integrantes da elite administrativa e cultural de Santa Catarina já garante o sucesso almejado para a promoção da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.²

Nesse ciclo de estudos, a temática da modernização da administração aparece em diferentes momentos e de diferentes formas, inclusive nas propostas elaboradas por cada um dos grupos de trabalho, tendo no planejamento a principal ferramenta. Um dos grupos de trabalho, do qual participava Péricles Prade, afirmava: “A palavra no momento é planejamento e só é contestada por aqueles que desejam a permanência da indefinição e improvisação” (ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970b, p. 140).

O debate acerca da modernização da administração possivelmente encontra relação com a reforma administrativa, que, segundo Norberto Ulysséa Ungaretti,

foi o programa mais notável que já se imaginou para a administração pública brasileira, e o Decreto-Lei 200, de 15 de fevereiro de 1967, que o instituiu, já tem significação histórica, sobretudo porque identifica e procura implantar uma mentalidade renovada e renovadora na organização, funcionamento, diretrizes e estrutura do serviço público (UNGARETTI, 1970, p. 8).

¹ *O Estado*, Florianópolis, 22 de julho de 1970, nº 16436, ano 56, p. 12.

² *O Estado*, Florianópolis, 28 de agosto de 1970, nº 16463, ano 56, p. 12.

Nesse sentido, afirma que a reforma administrativa

é um processo que, deflagrado no âmbito federal há três anos, vem atingindo progressivamente os Estados e municípios, e mesmo no âmbito da União continua sem desenvolvimento, procurando vencer obstáculos que realmente não é fácil afastar quando se está procurando renovar velhas estruturas e corrigir antigas distorções e hábitos enraizados no estilo do nosso serviço público (UNGARETTI, 1970, p. 8).

No primeiro ciclo de estudos, os antagonismos enfrentados no que se refere à modernização da administração do Estado foram assim caracterizados pelo grupo 1:

- Excessiva centralização dos serviços;
- Descoordenação entre os serviços dos vários órgãos;
- Falta de planejamento na organização administrativa;
- Desarticulação com os órgãos federais e municipais nos vários setores (ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. ADESG, 1970b, p. 9).

Como necessidades básicas para superar os antagonismos, o grupo propunha:

- a – Reorganização política e administrativa do Estado como elementos essenciais para caracterizar e definir o conteúdo do Estado e sua estrutura administrativa, porque é através dele que o Estado realiza seus fins;
- b – Sintonia entre os três poderes que compõem o Estado e, em cada um deles, integrando a administração estadual global, numa organização administrativa funcional, desburocratizada, desemperrada e consequente (ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970b, p. 9).

O grupo 2, por sua vez, enfatizava que como “objetivo estadual atual” a “adequação da Estrutura Político-Administrativa à consecução da Política de Desenvolvimento e Segurança”, apontando como políticas para a realização desse objetivo, entre outras, a “observância aos princípios fundamentais do planejamento, da coordenação, da descentralização, da delegação de competências e do controle” e novamente a “ação coordenada de todos os órgãos estaduais” (ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970b, p. 39).

No relatório do grupo 3, preconizava-se como medida para superar obstáculos a

adoção de uma Reforma Administrativa, no âmbito do Poder Executivo, que consagre as **técnicas gerenciais** para os desempenhos do Estado e objetivo:

- planejamento;
- coordenação;
- descentralização;
- delegação de competências;
- controle;
- desburocratização;
- aperfeiçoamento de pessoal (ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970b, p. 61, grifos do original).

No que se refere ao fortalecimento da tecnocracia, o documento defendia a

consolidação da política de profissionalização do funcionalismo estadual, mediante modernas técnicas de seleção, acesso, readaptação, aperfeiçoamento e reciclagem, bem como remuneração condigna e valorização da pessoa humana, com o objetivo de transformá-lo na alavanca que impulsionará o progresso (ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970b, p. 62).

Percebe-se, assim, que não apenas temas relevantes da administração foram debatidos nos ciclos de estudos da ADESG como algumas de suas elaborações foram incorporadas ao projeto do governador Colombo Salles. Por outro lado, percebe-se a tentativa de incorporar na análise do estado e na elaboração de soluções para os problemas os elementos doutrinários da ESG.

Considerações finais

Havia no contexto do “milagre” uma enorme preocupação com o convencimento da sociedade para o apoio á ditadura. Naquele contexto, os intelectuais que tomaram contato mais próximo e sistemático com os conceitos e objetivos propostos pela DSN poderiam melhor influenciar as “massas” (conceito oposto a “elite”, na doutrina), visando a manutenção da hegemonia e a defesa da ordem social e dos interesses do regime. Essa forma de garantir a hegemonia, pelo consenso e não pela coerção, possibilitaria com menores dificuldades a realização dos objetivos nacionais, calcados

no binômio segurança (nacional) e desenvolvimento (econômico). Os intelectuais que de alguma forma defendiam o bloco hegemônico, utilizando os conceitos e métodos da ESG, teriam a possibilidade de cumprir o papel de elaboradores de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, além de atuar como responsáveis pelo planejamento e pelas ações dos governos.

Dessa forma, é possível identificar os ciclos de estudos da ADESG como espaços que visavam realizar análises e elaborar projetos para Santa Catarina, a serem incorporados nos planos e ações da administração do governador Colombo Salles. Contudo, esses espaços não podem ser considerados como homogêneos, pois um conjunto bastante heterogêneo de pessoas participava dos ciclos, como palestrantes ou como “estagiários”. Por outro lado, a terceira fase de cada um dos ciclos, quando os estagiários deveriam elaborar respostas a problemas do estado e propostas de programas e ações governamentais, era um espaço em que poderiam expressar caracterizações e propostas diversas, por meio das monografias escritas.

Portanto, não eram apenas os militares que nutriam utopias de desenvolvimento, mas também civis, administradores e intelectuais, que elaboraram horizontes de expectativas particulares, em um cenário marcado não apenas pela militarização da sociedade e pela censura, mas também pela então vislumbrada expectativa de crescimento econômico, de desenvolvimento da economia nacional e de superação dos problemas então diagnosticados.

Referências

A EXPERIÊNCIA de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1971.

ASSOCIACAO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Delegacia de Santa Catarina. **Ciclo de Estudos em Florianópolis**: diretrizes e bases gerais. Florianópolis: ADESG, 1970a.

ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Delegacia de Santa Catarina. **O Estado de Santa Catarina**: necessidades básicas, antagonismos, política de consecução. Florianópolis: ADESG, 1970b.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 18ª ed. Petrópolis Vozes, 1998.

FONTES, Virgínia Maria; MENDONÇA, Sônia Regina. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

MARTINS, Carlos Estevam. **Tecnocracia e capitalismo: a política dos técnicos no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina: novas dimensões**. Florianópolis: Ed. UDESC, 1973.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Florianópolis, 1998.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

SANTA CATARINA. Governador. **Ação catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1972.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

UNGARETTI, Norberto Ulysséa. **Panorama político-administrativo de Santa Catarina**. Florianópolis: ADESG, 1970.